



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 1173/2013 (1º Renovação)

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeado pela Portaria nº. 106-MMA, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2015, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 23, parágrafo único, inciso V do Decreto nº 8.973, de 24 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, e entrou em vigor no dia 21 de fevereiro de 2017;
RESOLVE:

Expedir a presente Licença de Operação à:

EMPRESA: Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
CNPJ: 79.621.439/0001-91
CTF: 1003344
ENDEREÇO: Rua Antônio Pereira, 161 - Porto
CEP: 83221-030 **CIDADE:** Paranaguá **UF:** PR
TELEFONE: (41) 3420-1114 **FAX:** (41) 3420-1204
REGISTRO NO IBAMA: Processo nº 02001.007338/2004-40

Referente à operação do Porto Organizado de Paranaguá, estabelecido pelo Decreto Presidencial nº 4558/2002 e compreendendo as instalações portuárias terrestres existentes na Baía de Paranaguá, desde o Pontal do Sul, estendendo-se até a Foz do Rio Nhundiaquara, abrangendo todos os cais, docas, pontes e *piers* de atracação e de acostagem, armazéns, silos, rampas ro-ro, pátios, edificações em geral, vias internas de circulação rodoviárias e ferroviárias, infraestrutura de proteção e acesso aquaviários, tais como áreas de fundeio, bacias de evolução, canais de acesso da Galheta, Sudeste, do Norte e suas áreas adjacentes até as margens das instalações terrestres do Porto Organizado. Externamente ao Porto Organizado, contempla a área oceânica circular de descarte de material dragado com raio de uma milha náutica, denominada ACE20, centrada nas coordenadas geográficas 25°40'00"S e 48°08'00"W. Esta Licença de Operação contempla ainda as operações de dragagem de manutenção da infraestrutura de acesso aquaviário.

Esta licença de Operação é válida pelo período de 10 (dez) anos, a partir da data de emissão, observadas as condições discriminadas neste documento e nos demais anexos constantes no processo que, embora não transcritos, são partes integrantes deste licenciamento.

Data de Emissão: 26/07/2013

Brasília-DF, 18 DEZ 2018

LUCIANO DE MENESES EVARISTO
Presidente Substituto do IBAMA

CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 1173/2013 (1º RENOVAÇÃO)

1. Condições Gerais:

1.1 Esta Licença de Operação deverá ser publicada conforme o disposto no § 1º, do Art. 10, da Lei nº 6.938/1981 e na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 006/1986, sendo que as cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao IBAMA;

1.2 O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, medidas de controle e adequação, bem como suspender ou cancelar esta licença, caso ocorra:

- Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição desta licença;
- Graves riscos ambientais e de saúde;
- Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.

1.3 A presente licença ambiental não dispensa, tampouco substitui aprovações, autorizações ou licenças exigidas por outros órgãos reguladores;

1.4 Qualquer alteração das especificações do projeto ou da finalidade do empreendimento deverá ser precedida de anuência do IBAMA;

1.5 Conforme art. 6º da Instrução Normativa do Ibama nº 15, de 06 de outubro de 2014, os acidentes ambientais deverão ser comunicados via Sistema Nacional de Emergências Ambientais – Siema, imediatamente após o ocorrido, independente das medidas tomadas para seu controle. Esse sistema está disponível na página da Emergência Ambiental do Ibama, e pode ser acessado no link: <http://www.ibama.gov.br/emergencias-ambientais>;

1.5.1 No prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ocorrência do acidente ambiental, deverá ser protocolado na Coordenação Geral de Emergências Ambientais (CGEMA) e na Coordenação de Licenciamento Ambiental de Portos, Pesquisa Sísmica Marítima e Estruturas Marítimas (COMAR) o Relatório de Atendimento a Acidentes Ambientais, contendo, no mínimo: (i) caracterização da área afetada devidamente georreferenciada; (ii) danos ambientais e/ou à saúde; (iii) descrição detalhada das medidas de intervenção implementadas e a eficiência obtida; (iv) proposta de encaminhamentos a serem adotados, com cronograma (investigação confirmatória/detalhada, avaliação de risco, monitoramento, e demais medidas de intervenção e gerenciamento);

1.5.2 O Ibama poderá solicitar, a qualquer momento, a realização de simulado para atendimento às emergências ambientais, de acordo com os cenários acidentais apresentados nos planos de emergência aprovados por este Instituto.

1.6 Deverá constar no escopo de todo material usado no âmbito dos Programas Ambientais e/ou fixado em local visível, informação para esclarecimento público de que tais ações fazem parte de condicionante de validade da licença ambiental exigida pelo Ibama;

1.7 A renovação desta Licença deverá ser requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término de sua validade.

**CONDIÇÕES DE VIABILIDADE DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 1173/2013
(1º RENOVAÇÃO)- Continuação**

2. Condições Específicas:

2.1. Apresentar relatórios anualizados (janeiro a dezembro) referentes aos programas explicitados nas condicionantes 2.2 a 2.17 desta licença. O relatório técnico deverá ser entregue até o fim do primeiro trimestre do ano subsequente ao período monitorado.

2.2. Executar Programa de Monitoramento da Biota Aquática e Bioindicadores e Subprogramas:

- Subprograma de monitoramento da comunidade planctônica;
- Subprograma de monitoramento da comunidade bentônica de fundo inconsolidado e consolidado;
- Subprograma de monitoramento da ictiofauna e da carcinofauna;
- Subprograma de avaliação da contaminação tecidual por metais pesados e hidrocarbonetos;
- Subprograma de monitoramento de cetáceos e quelônios;
- Subprograma de monitoramento de avifauna;

2.3. Executar Programa de Verificação do Gerenciamento de Água de Lastro.

2.4. Executar Programa de Controle de Proliferação de Vetores.

2.5. Executar Programa de Monitoramento de Manguezais.

2.6. Executar Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

2.7. Executar Programa de Gerenciamento de Efluentes.

2.8. Executar Programa de Gerenciamento de Emissões Atmosféricas.

2.9. Executar Programa de Gerenciamento da Emissão de Ruídos.

2.10. Executar Programa de Monitoramento de Qualidade das Águas.

2.11. Executar Programa de Monitoramento de Qualidade dos Sedimentos.

2.12. Executar Programa de Monitoramento da Linha de Costa.

2.13. Executar Programa de Gerenciamento de Tráfego.

2.14. Executar Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira.

2.15. Executar Programa de Comunicação Social.

2.16. Executar Programa de Educação Ambiental.

2-2

**CONDIÇÕES DE VIABILIDADE DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 1173/2013
(1º RENOVAÇÃO)- Continuação**

2.17. Executar Programa de Monitoramento da Dragagem a Partir dos Sensores da Draga quando da realização de dragagens.

2.18. Apresentar, em até 120 dias, proposta reformulada do Subprograma de monitoramento da ictiofauna e da carcinofauna; Subprograma de monitoramento de cetáceos e quelônios, Programa de Monitoramento da Qualidade da Água, Programa de Monitoramento da Qualidade dos Sedimentos; e Programa de Gerenciamento do Tráfego, conforme Parecer Técnico nº 74/2018-COMAR/CGMAC/DILIC.

2.19. Apresentar versão consolidada do PBA após a implementação e aprovação dos ajustes solicitados aos programas de monitoramento ambiental da LO do Porto.

2.20. Apresentar, a cada 2 anos, o relatório de auditoria ambiental e o plano de ação, em conformidade com a Lei nº 9966/00, Resoluções CONAMA nº 306/02 e 381/06, e Portarias MMA nº 319/03, 353/05 e 192/11, e alterações.

2.21. Implantar, em até 120 dias, central de resíduos sólidos, com área de triagem e armazenamento para as diferentes categorias de resíduos.

2.22. Implantar, em até 120 dias, telas de proteção sobre todas as entradas do sistema de drenagem que se encontram em setores de movimentação de granéis, procedendo limpeza e manutenção rotineiras.

2.23. Implantar, em até 120 dias, caixas de retenção de sólidos ao final de todas as saídas de drenagem situadas na área do Porto.

2.24. Apresentar, em até 120 dias, cronograma de projeto a ser implantado até o limite de validade desta Licença, para execução das ações abaixo elencadas:

(i) confinamento de todas as correias transportadoras e a instalação de sistemas de captação de poeira ao longo das linhas de transporte;

(ii) troca de *shiploaders* sem controles adequados ou instalação de tecnologias complementares a estes com sistemas de captação de poeira;

2.25. Apresentar, em até 120 dias, análise histórica da evolução da erosão praial na comunidade de Piaçaguera para avaliação da taxa de recuo da costa ao longo dos anos.

2.26. Apresentar, em até 120 dias, proposta de Programa de Monitoramento da Linha de Costa a ser implementado no trecho da praia da comunidade de Piaçaguera.

2.27. Apresentar, em até 120 dias, estudo para avaliar o reaproveitamento do sedimento proveniente das dragagens da APPA na recuperação da praia de Piaçaguera.



**CONDIÇÕES DE VIABILIDADE DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 1173/2013
(1º RENOVAÇÃO) - Continuação**

2.28. As dragagens de manutenção do canal de acesso e das áreas de atracação dos portos de Paranaguá e Antonina devem ser realizadas de acordo com o Plano Conceitual de Dragagem aprovado pelo Ibama, respeitando a janela ambiental definida (abaixo apresentada).

Janela Ambiental	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Condições de dragagem por setor	Verão			Outono			Inverno			Primavera		
ZM										B	B	
BE		B,P								B,P	B,P	B,P
ME		B,P	B,P							B,P	B,P	B,P
AE		B,P,A								B,P	B,P	B,P

Em verde, encontram-se representados os períodos sem restrição de dragagem; em amarelo, os períodos que a dragagem deve ser evitada; e em vermelho os períodos em que a dragagem não deve ocorrer, conforme os fatores indicados pelas siglas a seguir: Engenharia (E), Biota (B), Pesca (P), Zona Marinha (ZM), Baixo Estuário (BE), Médio Estuário (ME) e Alto Estuário (AE).

2.29. Oficiar o Ibama as datas de início e suspensão das atividades, bem como os equipamentos utilizados no período.

2.30. Atualizar, após 5 anos de validade desta licença, o Plano Conceitual de Dragagem, para aprovação.

2.31. No âmbito da realização das dragagens, devem ser utilizadas dragas providas de defletores na ponteira de sucção, e devem ser desligadas bomba ou motor quando a ponta da lança de dragagem for levantada do fundo marítimo.

2.32. Atualizar, em até 120 dias, a Análise de Risco Ambiental, Programa de Gerenciamento de Riscos e Plano de Ação de Emergência, conforme orientações do Termo de Referência em anexo ao Parecer nº 5536/2013.

2.33. Executar o Plano de Emergência Individual, enviando anualmente registros dos treinamentos, simulados e relatórios de atendimento a emergência, bem como informação do andamento das atividades propostas no âmbito do Convênio Técnico-Científico apresentado entre a APPA e a FAFIPAR/UNESPAR.

M M A

